

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO**SOBRE APOIO MUNICIPAL À CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO DE HABITAÇÃO NO PORTO**

- Considerando que os dados disponibilizados, seja pela estratégia local de habitação seja pelo Observatório Municipal de Habitação, demonstram que na lista de espera de pedidos de habitação municipal:

a) A média de rendimentos por agregado era de 645,48€ e a média de rendimento per capita é de 292,25€

b) A lista de espera era de 555 famílias (entre Janeiro de 2018 e Junho de 2020), todas elas enquadradas nesta média de rendimentos (e que se somam às famílias que permanecem na lista de espera desde antes de 2018);

c) Que, neste momento a situação se terá agravado, dado que aqueles dados correspondiam a uma realidade pré pandemia; com o aumento do desemprego que já é verificável, existirá certamente tendência a agravar-se;

- Tendo em conta que há investimentos anunciados pela CMP já incluídos no Acordo de Cooperação entre o IHRU/Governo e CMP, mas que ainda se desconhece o conteúdo do protocolo em negociação entre o IRHU/Governo e a SRU, investimentos que se devem integrar numa estratégia municipal abrangente que tenha em conta as condições sociais da população do Porto, nomeadamente o peso das rendas nos salários médios;

- Considerando que o município do Porto deve ter uma estratégia única para as várias camadas da população, que abandone a segregação e que evite modelos de habitação que contribuíram, na sua maioria, para a guetização e estigmatização de muitas famílias;

- Considerando que existem diversos edifícios habitacionais com habitações privadas de famílias de escassos recursos económicos, integradas em zonas habitacionais de interesse público, de que são exemplo alguns fogos localizados em bairros de construção municipal e algumas “ilhas”;

A Assembleia Municipal do Porto, reunida em 1 de Fevereiro de 2021, recomenda à Câmara Municipal do Porto:

- a) Que o investimento público para a criação de novos fogos, através da reabilitação ou construção, no Porto, seja dedicado prioritariamente ao regime de renda apoiada;
- b) Que numa lógica de transparência e de fomento do debate democrático, a Câmara Municipal do Porto debata com a Assembleia Municipal do Porto a forma como tenciona operacionalizar o Acordo de Cooperação já subscrito como IHRU no âmbito do Programa 1º Direito, bem como os termos do protocolo que, no mesmo âmbito, está previsto assinar entre o IRHU e a SRU;
- c) Que se crie um gabinete de apoio aos moradores, com escassos recursos económicos, proprietários de habitações privadas integradas em zonas habitacionais de interesse público, de que são exemplo fogos situados em alguns bairros de construção municipal e algumas “ilhas”, para lhes dar o apoio técnico necessário com o objectivo de conseguirem a reabilitação das casas e do espaço em que se integram;
- d) Que se rejeitem as afirmadas tentativas de entrega de fogos do IHRU ao município do Porto, muitos deles com propriedade mista e problemas infraestruturais graves, que se foram somando após anos de parco investimento por parte dos sucessivos Governos.

Porto, 31 janeiro 2021

O Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária